

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALUMÍNIO/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL

The municipal council of education of Alumínio/SP: characterization of the municipality and educational structure

Lincoln Akira Nazario Kayaki – UFSCar/Sorocaba*

Resumo: Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental que reúne dados históricos, políticos e educacionais sobre o Município de Alumínio/SP e o Conselho municipal de Educação à luz do princípio de gestão democrática e participação. Este é um recorte de uma pesquisa maior sobre os conselhos municipais da sub região 2 da Região Metropolitana de Sorocaba está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas “Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação” (GEPLAGE) que se encontra em andamento.

Palavras-chave: Educação. Alumínio/SP. Conselho Municipal de Educação.

Abstract: This work is characterized as a bibliographic and documentary research that gathers historical, political and educational data about the Municipality of Alumínio / SP and the Municipal Council of Education in the light of the principle of democratic management and participation. This is an excerpt from a larger survey of sub-region 2 city councils in the Sorocaba Metropolitan Region and is linked to the ongoing State Study, Policy, Planning, Evaluation and Management of Education (GEPLAGE) .

Keywords: Education. Alumínio/SP. Municipal council of education.

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento denominada: “Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS): a qualidade socialmente referenciada entre iniciativas exitosas e contextos adversos”. Um estudo sobre a organização do Conselho Municipal de Educação (CME) da cidade de Alumínio/SP, trabalho este que compreende um estudo sobre o município e a educação municipal, uma pesquisa que visa compreender a atuação do Conselho Municipal no âmbito educacional.

A partir de referenciais históricos e dados estatísticos, a construção desse presente estudo foi por meio de uma análise qualitativa baseada em pesquisas bibliográficas e documentais. A primeira parte compreende a caracterização do município de Alumínio/SP, seus aspectos educacionais, índice habitacional, econômico, social e educacional. A segunda parte compreende a criação do Conselho Municipal de Educação CME sua importância e logo a seguir as considerações finais

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

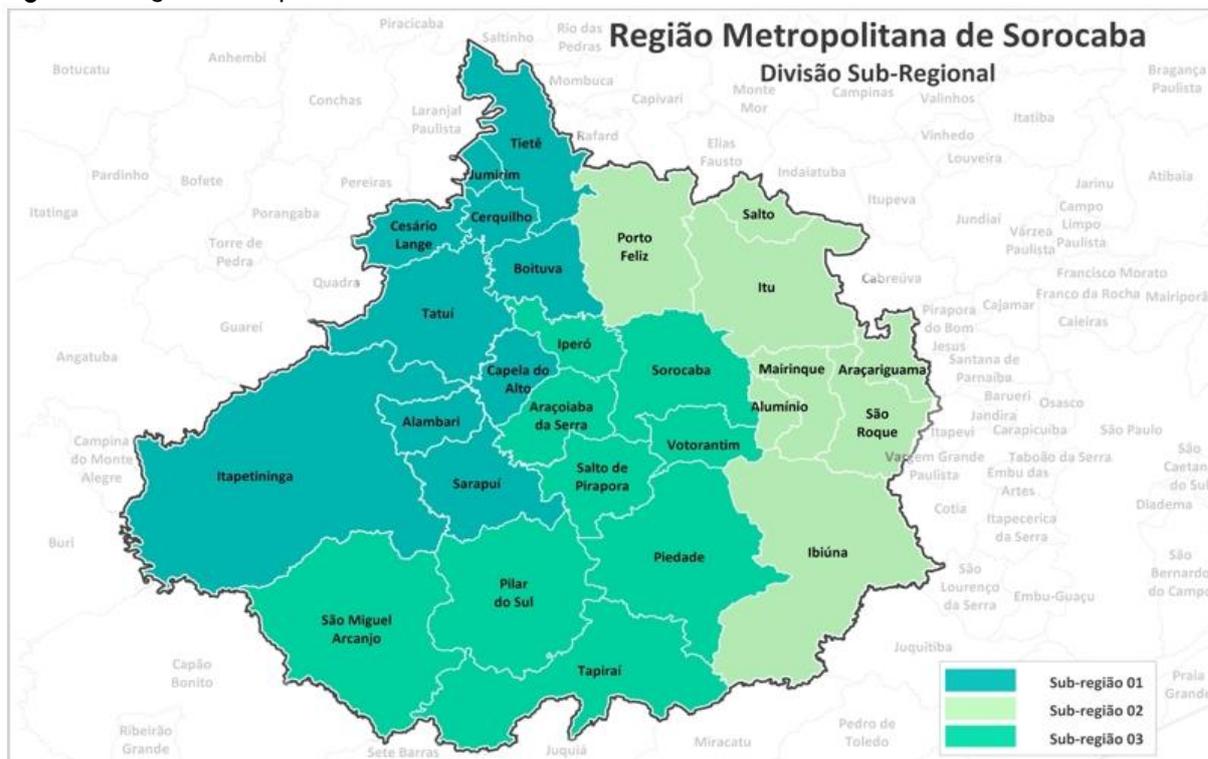
Alumínio é um Município novo do Estado de São Paulo, tem atualmente 27 anos de sua fundação, datada em 30 de dezembro de 1991, pela Lei nº 7.664, sancionada pelo então Governador Luís Antônio Fleury Filho.

Artigo 1º - O Quadro Territorial-Administrativo do Estado, estabelecido pela Lei n. 8.050, de 31 de dezembro de 1963, promulgada pela Assembleia Legislativa como Lei n. 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, com as modificações posteriores, fica alterada na conformidade do disposto na presente lei:

Artigo 2º - Ficam criados os seguintes Municípios: Município de Alumínio, com sede no distrito de Alumínio e com território desse mesmo distrito, do Município de Mairinque, tendo as seguintes divisas: Com o Município de Mairinque, Com o Município de Ibiúna, Com o Município de Votorantim e com o Município de Sorocaba (SÃO PAULO, 1991).

O aniversário da cidade é comemorado no dia 02 de abril (dia do Santo Padroeiro da cidade: São Francisco de Paula). A cidade possui infraestrutura de rede elétrica, esgoto e água, que atende 95% dos domicílios e 90% da coleta de lixo da área urbana (ALUMÍNIO, 2019). Localizado no km 74 da Rodovia Raposo Tavares, estando distante 74km da capital São Paulo. Sua área é de 83,739 km², está situado na Região Metropolitana de Sorocaba, Sub-Região 2, na Mesorregião Macro Metropolitana Paulista e na Microrregião de Sorocaba. Localiza-se a “uma latitude 23°32’06” sul e a uma longitude 47°15’43” oeste, estando a uma altitude de 790 metros. Tem como limites com os municípios de Mairinque, Sorocaba, Votorantim e Ibiúna.

Figura 1 - Região metropolitana de Sorocaba



Fonte: EMLASA (2019)

Alumínio é um dos oito municípios que compõem a Sub região 2 da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) tendo como municípios integrantes as cidades de: Araçariçuama, Ibiúna, Itu, Mairinque, Porto Feliz, Salto e São Roque. Alumínio é a menor cidade em área da Sub-Região 2, também de menor população. A população da cidade de Alumínio de acordo com o IBGE é de 16.839 habitantes (IBGE, 2019).

O Produto Interno Bruto (PIB) deste município é o sexto dentre os oito municípios acima citados, apresentando um PIB de R\$ 1.808.351. De acordo com informações do IBGE (2019), Alumínio tem 76.5% como percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]. Onde o salário médio mensal é de 5 salários mínimos e a proporção da população ocupada era de 36.3%. (IBGE, 2019). De acordo com a AMVALE (2014):

A RMS possui 11 municípios localizados no eixo das rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares e economias baseadas em atividades industriais. O produto Interno Bruto é de 4 bilhões, o equivalente as 3,46 do PIB gerado no estado. A RMS ocupa a 11ª posição da economia paulista, com índice próximo a Região Metropolitana de Santos (3,88%).

A população da RMS representa cerca de “[...] 4,6% do total de habitantes de todo o Estado de São Paulo e simboliza 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista. Dos 27 municípios, 12 estão localizados nos eixos Castello Branco e Raposo Tavares. A economia da RMS é dividida entre a indústria metalomecânica, eletrônica, têxtil e o agronegócio” (PESSOA, 2019).

O município de Alumínio é “tida como uma pequena cidade industrial, é considerada aquela que tem a maior planta industrial de produção de alumínio do mundo (GUIMARAES, 2013). Em relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) Alumínio ocupa a 274ª posição, em 2010 Alumínio é 0,766, conforme o Atlas de desenvolvimento humano na base dados do IBGE (IBGE, 2010). Dentre as cidades o maior IDH é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Na sua formulação clássica, o IDH é composto por três indicadores, que representam a oportunidade de uma sociedade de ter vidas longas e saudáveis, de ter acesso a conhecimento e de ter comando sobre os recursos de forma a garantir um padrão de vida digno. Por meio das duas primeiras dimensões, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, com o uso de habilidades e conhecimentos acumulados. Já o comando sobre recursos indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia (ATLAS, 2019)

A concentração da população é atribuída devida a instalação do grande polo industrial (Companhia Brasileira de Alumínio - CBA). (ALUMINIO, 2019b)

História do município de Alumínio /SP

Dados históricos da cidade mais abrangentes sobre a formação do município, Alumínio foi distrito de Mairinque e emancipou-se em 2 de abril de 1993, segundo SARMENTO (2012, p.54):

A formação do município de Alumínio aconteceu durante a execução do projeto da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1888. Na ocasião foi necessário enviar técnicos especialistas para fazer a exploração dos trechos por onde a linha da estrada de ferro iria passar e, que seria o trecho que ligaria São Paulo a São Roque e São Roque a Sorocaba.

A Sociedade Anônima Votorantim iniciou uma fábrica de alumínio, a então Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) com a perspectiva de exploração do minério da bauxita, para a produção de alumínio. (ALUMINIO, 2019a). Um local estratégico devido a proximidade com São Paulo e Santos onde se situa o porto exportador e importador. Antônio Pereira Ignácio, juntamente com seu genro, José Ermírio de Moraes iniciou as atividades da nova fábrica, que teve sua inauguração em 04 de junho de 1955 com a presença do Presidente da República João Café Filho e do Governador de São Paulo Jânio da Silva Quadros. (RIBEIRO, 2012).

A cidade de Alumínio foi elevada distrito de Mairinque em 1980, pela Lei Estadual nº 2.343, de 14 de maio de 1980, aprovada pela Assembleia Estadual e promulgada pelo Governador Paulo Salim Maluf, dando assim o primeiro passo para sua emancipação. Com a elevação, recebeu a demarcação territorial, estabelecendo suas divisas entre os Municípios de Mairinque, Sorocaba, Votorantim e Ibiúna (ALUMINIO, 2019a).

Em 1984 houve uma mobilização popular pela necessidade de emancipação, diversos fatores contribuíram para tal anseio, a presença de vereadores do distrito, número de habitantes acima de 10.000, e o eleitorado superior a 10% do total de habitantes; formando então uma comissão pro emancipação do Distrito de Mairinque (ALUMINIO, 2019a). Conforme a reportagem de 31/03/2016 do jornal Cruzeiro do Sul podemos identificar como a questão da elevação de Alumínio a Cidade, apresenta requisitos relevantes: “Com uma população de 13.500 habitantes, na ocasião da elevação a distrito, Alumínio já era praticamente uma cidade” (OLIVEIRA, 2016).

A partir de 1988 com o desenvolvimento industrial e econômico local, motivado pela expansão da CBA, a população de Alumínio, demonstrou desejo pela emancipação. Sendo alcançado somente em 1991. Em 12 de dezembro foi votada na Assembleia Legislativa Estadual e em 31 de dezembro do mesmo ano foi sancionada pelo então Governador Luís Antônio Fleury Filho, pela Lei nº 7.664 de 30 de dezembro de 1991. Fica criado os seguintes Municípios, Alumínio (SÃO PAULO, 1991). A primeira eleição da cidade de Alumínio aconteceu em 03 de outubro de 1992 sendo eleito o prefeito José Aparecida Tisêo, que assumiu o cargo de prefeito em 01 de janeiro de 1993.

Em 03 de outubro de 1992, a população de Alumínio elegeu seu primeiro prefeito, Sr. José Aparecida Tisêo e seu vice Ancelmo Carlos Ramos dos Santos, bem como os primeiros vereadores: Jaime Henrique Duarte, Geraldo de Oliveira Campos, Diná Inêz de O. Silva, Vítor Lippi, Luís Tisêo, João Batista da Silva, Raimundo Azevedo Ferreira e Paulo Simões (RIBEIRO, 2012).

A classificação do gentílico é Aluminense. Tem como Lema: LABOR ET SAPIENTIA (Trabalho e Sabedoria), pertencente a Unidade Federativa de São Paulo. O clima de Alumínio é considerado subtropical, com média em torno de 18 °C, sendo fevereiro o mês mais quente, média de 22 °C e julho o mais frio, média de 14 °C e o índice pluviométrico anual gira em torno de 1400mm (ALUMÍNIO, 2019b).

A cidade é atualmente administrada pelo Prefeito gestão 2017-2020: Antônio Piassentini Bimbão (PPS), que tem como Vice Prefeito: Anderson Constante Fio. São os Vereadores dessa atual gestão 2017-2020:– Edmo Aparecido de Oliveira Paes (PPS),– Paulo Roberto da Silva (PSC),– João Amorim Pontes (PPS),– Enivaldo de Jesus (PSDB),– Eduardo Jesus de Melo (PSB),– Alexandre Rogerio Amaral (PV),– Lucimeire Aparecida de Almeida Barbosa (PSD),– Geraldo Atleta de Oliveira Campos (PSDB),– Renato Ioshio Watanabe (PPS) Na página da Câmara Municipal de Alumínio, pode-se identificar várias informações do município, o endereço virtual da Câmara Municipal: www.camaraaluminio.sp.gov.br e o endereço eletrônico e informações sobre o município se encontram no site oficial da cidade, disponível em: : <http://aluminio.sp.gov.br/> (ALUMÍNIO, 2019a)

De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento humano (2010) a população de Alumínio no último censo em 2010, era constituída por 8500 homens e 8339 mulheres, onde a população urbana era de 14.123 e a população rural era de 2.716, a maioria das pessoas são de religião Católica uma média acima dos 11.000 habitantes; seguida pelos Evangélicos em uma média acima de 4000 habitantes e uma pequena parcela Espirita em uma média abaixo de 1000 habitantes.

Atividades econômicas predominantes

A cidade tem a maior parte dos recursos provenientes da Companhia Brasileira de Alumínio CBA, onde a maioria da população presta serviço na empresa. A cidade de Alumínio é muito ligada a fábrica, grande responsável por investimentos, impostos e infraestrutura da cidade. A Companhia Brasileira de Alumínio CBA se estabelece na vila industrial de Alumínio no ano de 1955, indústria de mineração do grupo VOTORANTIM, que faz o processamento do minério e sua transformação para a produção industrial, uma fábrica integrada que trabalha desde a separação do minério até a fabricação de chapas, folhas, telhas, extraídos, cabos para transmissão de energia e lingotes, atendendo as demandas do mercado nacional e internacional. (RIBEIRO, 2012).

Quando a Cia. Brasileira de Alumínio construiu sua fábrica na década de 1940 ela edificou paralelamente casas para os que trabalhavam na obra. Para isso ela criou em sua estrutura um Depto. De Obras – Construção Civil. Além de proporcionar moradia para os trabalhadores próximo ao local das obras, a CBA tratou também de proporcionar a infraestrutura necessária para que a pequena população pudesse viver e desenvolver suas atividades no trabalho e em sociedade. (RIBEIRO,2012).

ASPECTOS EDUCACIONAIS

A cidade de Alumínio iniciou seu processo de municipalização em 1998 quando reorganizou o processo de municipalização do ensino fundamental de cinco escolas estaduais que atendiam do ensino fundamental ao médio, e distribuindo desta forma:

- Escolas Estaduais E.E. Comendador Rodovalho, E.E. João de Almeida, e E.E Miguel Antônio Alves: séries iniciais do ensino fundamental;
- Escola Estadual Professora Isaura Krüger: séries finais do ensino fundamental;
- Escola Estadual Honorina Rios de Carvalho Mello: ensino médio

A partir de 1999 todas as classes de séries iniciais pertenciam ao município, as responsabilidades foram expandidas para as séries iniciais do ensino fundamental e, em 2001, para as séries finais respondendo integralmente pela sequencialidade da escolarização das crianças na gestão do Prefeito Sr. José Aparecida Tisêo, aconteceu a segunda etapa da municipalização das séries finais do ensino fundamental (SARMENTO, 2012). Na rede escolar de Alumínio as escolas encontradas foram: uma escola estadual, onze escolas municipais e quatro escolas particulares da rede S num total de 16 escolas

Tabela 1 - Escolas existentes no ano de 2019 – Alumínio

Escolas	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Escola pública municipal	9	2	–
Escola pública estadual	–	–	1
Escola privada	1	1	1

Fonte: Secretaria de Educação (2019).

Quadro 1 - Rede Escolar do município de Alumínio

Rede escolar de Alumínio	Número de escolas
Escola estadual	1
Escolas municipais	11
Escolas particulares	4
Total	16

Fonte: Secretaria de Educação (2019).

De acordo com o IBGE (2019) a taxa de escolarização na faixa de 6 a 14 anos de idade foi de 98%, o IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública obteve a nota de 6.6 no ano de 2017, nos anos finais do ensino fundamental na rede pública a nota obtida foi de 5 os resultados consolidados do IDEB – 2017 (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Comparando alguns municípios da Sub Região 2 podemos notar:

Tabela 2 - Comparação do IDEB dos Municípios da Sub Região 2.

MUNICÍPIOS IDEB	Anos iniciais	Anos finais
ALUMÍNIO	6.6	5.1
ARACARIGUAMA	6.3	4.8
ITU	6.3	5.4
IBIUNA	6.1	5.3
MAIRINQUE	5.8	4.7
PORTO FELIZ	6.6	5.3
SÃO ROQUE	5.9	4.8

Fonte: Fundação Lemann; Meritt (2019).

Podemos notar que a cidade de Alumínio atingiu as metas, a meta para o município era de 6,2 alcançando a nota de 6.6 nos anos iniciais e nos anos finais a meta para o município era de 5,3, atingindo 5,65. Um resultado que configura a obtenção das metas e como visto na tabela em comparação com as outras cidades da Sub Região 2, o IDEB de Alumínio está de acordo com as metas estabelecidas.

Tabela 3 - Matrículas da Educação Básica- Alumínio 2018

Matrículas (2018)	Escola municipal	Escola estadual	SESI
Educação Infantil	894	–	
Ensino Fundamental	1128	–	
Ensino Médio	–	551	
EJA	122		
ALUNOS ESPECIAIS	65		
Ensino Fundamental 9 anos	943		
Ensino Privado (2017)			871
TOTAL	3087	551	871

Fonte: Dados cedidos pela Secretaria de Educação (2019)/ Fundação Lemann; Meritt(2019).

O número de matrículas no ano de 2018 foi de 2.642 no ensino fundamental, 678 matrículas no ensino médio o número de docentes era de 152 no ensino fundamental e de 32 no ensino médio De acordo com a secretaria municipal de Alumínio o ano de 2019 teve o número de matrículas foi de 3.111 contemplando as etapas da educação básica na cidade. E no âmbito estadual no ano de 2018 de acordo com o site QEDu as matrículas do ensino médios na escola estadual foi de 551 matrículas. (FUNDAÇÃO LEMANN; MERITT, 2019). Com relação aos professores o número de docentes é de 156 na rede municipal e na estadual é de 32 (TOMAZELA, 2017).

Quadro 2 - Docentes em 2018 – Alumínio**Número de Professores**

Educação Infantil	39
Ensino Fundamental I	52
Ensino Fundamental II	65
Rede Estadual	32

Fonte: Dados cedidos pela Secretaria de Educação (2019)

ATOS / MARCOS LEGAIS E IMPORTÂNCIA DO CME

O Conselho Municipal de Educação de Alumínio (CME), foi criado sob a Lei nº 257/96, de 23 de fevereiro de 1996, que cria o conselho e da outras providencias; e em seu descreve: “Art. 1º - criado nos termos do artigo 155 da lei orgânica do município, vinculado tecnicamente ao Departamento de Educação e Cultura” e no Art. 2 o CME tem as funções de órgão autônomo, de caráter normativo, consultivo e deliberativo em relação aos assuntos da Educação que se referirem a Rede Municipal de ensino (ALUMINIO, 1996). Segundo Santos (2002, p.106):

A diferenciação dos Conselhos Municipais em relação a outros formatos de participação, se a princípio permite que os primeiros se apresentem como esferas de participação ampliada devido ao formato abrangente de incorporação de segmentos sociais e do escopo de suas atribuições, incidindo sobre políticas públicas de caráter regulatório.

Inicialmente o CME foi “constituído por 13 membros nomeados pelo prefeito da cidade, entre pessoas do notório saber e experiência no campo de educação”. A partir de 1997 com a alteração da Lei nº 257, do art. 4, o número de conselheiros passa a ser 15 e os conselheiros passar a ser nomeados por votação por todos os profissionais da área de educação atuantes no município. O Conselho Municipal de Educação será constituído por 18 (dezoito) membros, de acordo com a LEI Nº 1.705 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013, nomeados pelo Executivo Municipal, mediante votação, por todos os profissionais da área da educação que atuem no Município (ALUMINIO, 1996).

Considerando as disposições do Art.º 4º da Lei nº 257, de 23 de fevereiro de 1996, alterada pela Lei Nº 1705, 12 de novembro de 2013, que estabelece que o Conselho Municipal de Educação será constituído por 18 (dezoito) membros, nomeados pelo Executivo Municipal, mediante votação, por todos os profissionais da área da educação que atuem no Município (ALUMINIO,1996).

O Conselho Municipal de Educação e o Departamento Municipal de Educação usando das atribuições legais que lhes são conferidas e em cumprimento a Lei Municipal nº 257, de 23 de fevereiro de 1996,

que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação de Alumínio e dá outras providências, alterada pelas Leis Municipais n° 346, de 08 de julho de 1997, Lei n° 1555, de 05 de dezembro de 2011 e Lei n° 1705, de 12 de novembro de 2013 (ALUMÍNIO,1996). A composição atual dos membros titulares do Conselho Municipal de Educação, nos segmentos abaixo listados:

- a) Um educador do magistério público municipal de Educação Infantil;
- b) Um educador do magistério público municipal de Ensino Fundamental I;
- c) Dois educadores do magistério público municipal de Ensino Fundamental II;
- d) Dois educadores do magistério público estadual;
- e) Um educador do ensino particular;
- f) Um representante da Educação Especial;
- g) Dois representantes do Departamento Municipal de Educação
- h) Um representante do Ensino Supletivo Municipal (EJA);
- i) Dois representantes da comunidade;
- j) Um representante da Creche Municipal;

§ 1º: Para cada segmento acima será eleito um suplente que substituirá o titular no caso de impedimento;

As atribuições dos conselheiros municipais conforme o, Art. 8º da Lei n° 257, Compete ao Conselho Municipal de Educação de Alumínio:

- I – Fixar diretrizes para organização do sistema municipal de ensino ou para o conjunto das escolas municipais;
- II – Colaborar com o Poder Público Municipal na formulação da política e na elaboração do plano municipal de Educação;
- III – Zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;
- IV – Exercer atribuições próprias do poder público local, conferidas em lei em matéria educacional;
- V – Exercer, por delegação, competências próprias do poder público estadual em matéria educacional;
- VI – Assistir e orientar os poderes públicos na condução dos assuntos educacionais do Município;
- VII – Aprovar convênios de ação interadministrativas que envolva o poder Público Municipal e as demais esferas do poder Público ou do setor privado;
- VIII- Propor normas para a aplicação de recursos públicos em educação no município;
- IX – Propor medidas ao Poder Público Municipal no que tange à efetiva assunção de suas responsabilidades em relação à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental;
- X – Propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando (merenda escolar, transporte escolar e outros);
- XI – Pronunciar-se no tocante à instalação e funcionamento do estabelecimento de ensino de todos os níveis situados no Município;
- XII – Opinar sobre os assuntos educacionais quando solicitado pelo Poder Público;
- XIII – Elaborar e alterar seu regimento interno. (ALUMÍNIO, 1996).

Uma das funções do CME, é o acompanhamento do Plano Municipal de Educação quanto as metas de melhoria da qualidade da educação. De acordo com Santos (2002, p.104):

[...] os Conselhos estabelecem mecanismos de formulação de diretrizes, prioridades e programas sociais, e formas de acompanhamento e controle da gestão, que implicam a transparência do poder público no fornecimento de informações e a criação de indicadores necessários ao planejamento e à avaliação das ações.

A partir de 2014 com a publicação do novo Plano nacional de Educação PNE na lei 13.005 de 25 de junho de 2014, onde estão estabelecidas 20 metas e 253 estratégias com 10 anos de prazo para se cumprir ou seja até 2024, onde obriga os municípios a elaborar ou alinhar os Planos Municipais, com o prazo de um ano após a publicação da Lei que institui o novo Plano Nacional de Educação PNE, assim o Município de Alumínio instituiu o Plano Municipal de Educação, Com base na lei N° 1. 785 de 23 de junho de 2015 que dispõe sobre o PME de Alumínio. O Plano Municipal de Educação PME(2015) foi aprovado e promulgado pela Câmara Municipal de Alumínio com os seguintes dizeres:

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Educação do Município de Alumínio, com vigência de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no Art. 8º da Lei nº 13.0005, de 25/06/2014.

Art. 2º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (ALUMINIO, 2015).

Analisando os documentos do Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação – PME – de Alumínio, sobre a implementação das estratégias do Plano municipal de ensino constam as seguintes estratégias realizadas:

Estimular a constituição e o fortalecimento de Conselhos Escolares e do Conselho Municipal de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo (ALUMINIO, 2015).

Das estratégias que estão em andamento; podemos observar a participação da comunidade dentro das reuniões do Conselho é de extrema importância, a forma como isso transcorre e o que se recebe com a aproximação da comunidade em relação aos desafios da rotina do CME: “Estimular a comunidade a participar do Conselho Municipal de Educação e Conselho de acompanhamento do FUNDEB através de divulgação das ações dos mesmos em jornais” (ALUMINIO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado deste trabalho inicial é baseado nas informações obtidos pelas pesquisas documentais inseridas nos meios digitais e páginas da internet e informações cedidas pela secretaria de educação da cidade de Alumínio, cujas informações são de extrema importância nesta etapa da pesquisa. Reiterando que as próximas análises podem apresentar uma gama maior de informações sobre os estudos até aqui desenvolvidos. A cidade de Alumínio, sua trajetória como distrito e a importância da Companhia Brasileira de Alumínio na cidade, empresa que participou ativamente da construção dos prédios de escolas, escolas técnicas prédios públicos, comércios, albergues etc. Na próxima etapa desta pesquisa estaremos buscando informações sobre o conselho municipal sua criação e como se dá os princípios da qualidade socialmente referenciada no município de Alumínio.

REFERÊNCIAS

ALUMINIO/SP. *Lei nº 257/96, de 23 de fevereiro de 1996, que criou o Conselho Municipal De Educação de Alumínio/SP e dá outras providências.* p.1. Não disponível online.

ALUMINIO/SP. CAMARA MUNICIPAL DE ALUMINIO, *Histórias do Município*, 2019a. Disponível em: <http://www.camaraaluminio.sp.gov.br/Pagina/Listar/347>. Acesso em: 23 ago. 2019.

ALUMINIO/SP. *Cidade História do Município*, 2019b. Disponível em: <http://aluminio.sp.gov.br/a-cidade/historia/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

ALUMINIO/SP. *Plano Municipal de Educação*, 2015. Disponível em: <http://aluminio.sp.gov.br/tag/plano-municipal-de-educacao>. Acesso em: 23 ago. 2019.

ARAÇARIGUAMA ALCANÇA ÍNDICE HISTÓRICO NO IDEB. *O Democrata*. São Roque 11 de set. de 2018. Notícias de São Roque e Região. Disponível em: <https://www.odemocrata.com.br/aracariguama-alcanca-indice-historico-no-ideb>. Acesso em: 30 out. 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras*. Florianópolis, Sorocaba, Ride Grande Teresina, Ride Petrolina-Juazeiro. –

Brasília : IPEA : PNUD : FJP, 2017. 54 p. : il., gráfs., mapas color. – (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil), IPEA, Disponível em:

http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/Atlas_IDHM_Book_WEB.pdf. Acessado em 30 out.19

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/331#desagregacao. Acesso em: 30 out. 2019.

Fundação Lemann e Meritt (2012): portal QEdU.org.br. Alumínio: IDEB 2017 por escolas. 2017. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/2839-aluminio/ideb/ideb-por-escolas?dependence=5&grade=2&edition=2017>. Acesso em: 23 ago. 2019.

GUIMARAES,F.; Prefeito de Alumínio espera mais investimentos para o município. *Jornal Cruzeiro do Sul*, Alumínio, 17 JUL. 2013. SOROCABA E REGIAO. Disponível em:

<https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/487593/prefeito-de-aluminio-espera-mais-investimentos-para-o-municipio>. Acesso em: 23 out. 2019.

IBGE. 2019. *Panorama*, 2019. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aluminio/panorama>. Acesso em: 22 ago. 2019.

IBGE. *Biblioteca História do Município de Alumínio*. 2019. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/aluminio.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

OLIVEIRA, A. Alumínio completa 23 anos. *Jornal Cruzeiro do Sul*, Alumínio, 2 abr. 2016. SOROCABA E REGIAO. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/688680/aluminio-completa-23-anos>. Acesso em: 16 out. 2019.

PESSOA, L. Integração na Região Metropolitana de Sorocaba ainda é tímida: Região Metropolitana existe há cinco anos, mas análise é de que faltam medidas concretas. *Jornal Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 19 out. 2019. SOROCABA E REGIAO. Disponível em:

<https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/integracao-na-regiao-metropolitana-de-sorocaba-ainda-e-timida/>.. Acesso em: 23 ago. 2019.

RIBEIRO, W. ALUMINIO – *Historia Ilustrada do Município*. 06 de jul. de 2015. Disponível

em: <http://wilson-ribeiro.blogspot.com/2012/12/aluminio-historia-ilustrada-do-municipio.html>,

Acesso em: 10 ago. 2019.

SANTOS, M.R.M.; Conselhos Municipais e a Participação cívica na gestão das políticas públicas: O caso da metrópole fluminense. *Cadernos Metrópole* n. 7, pp. 97-112, 1º sem. 2002. Disponível em:

<http://revistas.pucsp.br/metropole/article/viewFile/9261/6871>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SÃO PAULO. (Estado). *Região Metropolitana de Sorocaba*. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=356807>. Acesso em: 28 out. 2019.

SÃO PAULO. EMPLASA. *Dados Estatísticos. Região Metropolitana de Sorocaba*. Disponível em:

<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMS>. Acessado em 30 out. 2019.

SÃO PAULO. EMPLASA. *Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano*, 2019. Disponível em:

<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMS>. Acessado em: 11 out. 2019.

SÃO PAULO. EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano, *REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA, PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO*, 2019. Disponível em:

<https://www.pdui.sp.gov.br/sorocaba>. Acesso em: 11 out. 2019.

SÃO PAULO. Lei Complementar Estadual nº 1.241 de 8 de maio de 2014 que cria a Região Metropolitana de Sorocaba e dá providências correlatas. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2014/lei.complementar-1241-08.05.2014.html>. Acesso em: 11 out. 2019.

SÃO PAULO. *Lei Complementar Estadual nº 7664 de 30 de dezembro de 1991 que cria o Município de Alumínio da providências*. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7664-30.12.1991.html>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SARMENTO, A.P.; *A municipalização do ensino fundamental no município de Alumínio / SP: entre o pedagógico e o poder local* / Albertina Paes Sarmento. – Sorocaba, SP, 2012.113 f.

Disponível em: http://educacao.uniso.br/producao-discente/dissertacoes/2012/ALBERTINA_SARMENTO.pdf. Acesso em: 11 out. 2019.

TOMAZELA, J.M. Em cidade do interior de SP, docentes cobram reforma física: Mudança no ensino médio ainda não foi discutida com estudantes; governo Alckmin veta diretora a dar entrevista, alegando que reforma ainda depende do regulamentação pelos governos federal e estadual. *O Estado de São Paulo*, Alumínio, 4 jun. 2017. .EDu, p. 128. Disponível em:

<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/em-cidade-de-sp-docentes-cobram-reforma-fisica,70001824490>. Acesso em: 20 ago. 2019.